



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Versão revisada do PLO nº 145/19, Processo nº 227.173, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 145/19

Institui, no âmbito do município de Campinas, a Contribuição Facultativa em prol das entidades de assistência social.

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do município de Campinas, a Contribuição Facultativa em prol das entidades de assistência social, que se aplicará aos hóspedes de hotéis, pousadas, **resorts**, chalés e estabelecimentos similares da cidade.

Parágrafo único. A contribuição de que trata o **caput** deste artigo tem a finalidade de auxiliar no custeio e na manutenção das entidades de assistência social financiadas e cofinanciadas pelo Município de Campinas.

Art. 2º A contribuição instituída por esta Lei terá o valor de R\$ 3,00 (três reais) por pessoa, por dia de hospedagem, incidindo sobre a ocupação de hotéis, pousadas, **resorts**, chalés e estabelecimentos similares.

Art. 3º O estabelecimento de hospedagem é o responsável pelo recolhimento da contribuição instituída por esta Lei, que tem caráter facultativo e deverá ser discriminada, de forma expressa, na conta do hóspede.

Art. 4º Os valores arrecadados com a contribuição instituída por esta Lei serão destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala de Reuniões, 06 de junho de 2019.

Nelson Hossri

Vereador – Podemos



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br



JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei Complementar que visa instituir, no âmbito do Município de Campinas, a Contribuição em prol das entidades de assistência social, que poderá incidir sobre hotéis, pousadas, resorts, chalés e outros estabelecimentos similares, no valor de R\$ 3,00 (três reais) por pessoa, por dia de hospedagem, a título facultativo (vontade do hóspede).

Outros Municípios, como Serra Negra, por meio da Lei Complementar 151/2016, criaram legislações semelhantes, de autoria do Poder Legislativo, com relevante repercussão social no auxílio do Poder Executivo, na prestação de serviços públicos essenciais à sociedade.

Devem ser incentivadas e criadas alternativas de apoio ao Poder Público, utilizando recursos da iniciativa privada e da comunidade em geral.

Estamos, aqui, criando um incremento na receita das entidades que desenvolvem relevantes trabalhos nas áreas de saúde, educação, assistência social, defesa do meio ambiente, dentre outras.

A hipertrofia, sem nenhum custo aos cofres públicos e de forma facultativa à sociedade, incentivando a cidadania, na arrecadação das entidades sociais, é uma inovadora realidade, que contribui com programas que atendem crianças, adolescentes, idosos, deficientes, pessoas em situação de rua, dependentes químicos e outras formas de vulnerabilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br



No tocante ao aspecto jurídico do presente Projeto de Lei Complementar, destacamos que a matéria em questão é atinente à proteção e a defesa da vida/assistência/saúde - competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e também dos Municípios, para suplementar a legislação federal e estadual no que couber, dentro dos limites do predomínio interesse local (artigos 24º, XII, e 30º, II, Constituição Federal, bem como arts. 04º, Parágrafo único e art. 07º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Campinas).

Pelas razões aduzidas, justifica-se a aprovação do presente PLC.

Sala de Reuniões, 21 de maio de 2018.

NELSON HOSSRI
Vereador - Podemos